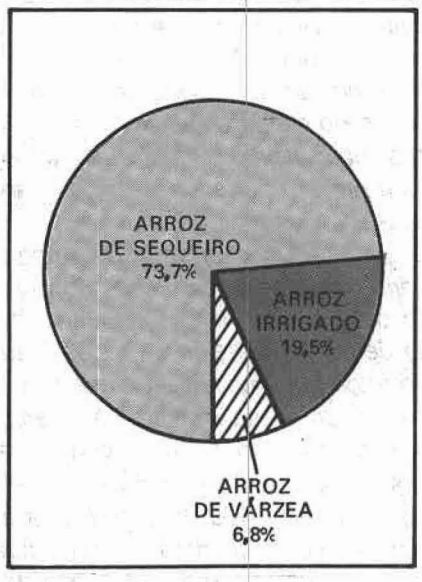
ARROZ

As atuais condições do suprimento do mercado interno indicam a necessidade premente de um programa de escoamento dos estoques excedentes.

A produção brasileira tem crescido, nos últimos anos, caracterizada pelo dualismo, que antepõe as lavouras altamente tecnificadas da região **Sul** às áreas produtoras de arroz de **sequeiro**, ainda predominantes no país (ver Quadro 01 e Gráfico 01). Esta condição dicotômica acarreta notável ponto de estrangulamento para a atividade.

O processo de reintegração à produção das áreas localizadas nos estados centrais deflagrado, a partir de 1985/86, que sustou a tendência de substituição pela soja, quando o mercado desta oleaginosa não se mostrava promissor, não levou em conta a inexistência de mercado consumidor consolidado para as variedades usualmente cultivadas naquelas regiões. À época, outros fatores

GRÁFICO 01 – ARROZ – BRASIL – % DA ÁREA TOTAL EM CADA SISTEMA DE CULTIVO – 1985



vieram agregar-se à menor rentabilidade da soja obtida no ano-safra anterior, para provocar a retomada do plantio do arroz nas regiões centrais do país. Os produtores receavam que a **Reforma Agrária** pudesse atingir áreas consideradas improdutivas de seus estabelecimentos e intensificaram os desmatamentos para a implantação das lavouras de arroz, provocando expansão da área cultivada. A política agrícola levada a efeito naquele ano, por sua vez, deu suporte a esta ampliação. O governo decidira estender os limites do financiamento de custeio e o preço mínimo anunciado foi, de modo geral, bem recebido pelos agricultores.

Embutia-se no traçado da política agrícola para a safra 1985/86 a preocupação em promover o crescimento da produção destinada a abastecer o

QUADRO 01 – ARROZ – PARTICIPAÇÃO DOS SISTEMAS DE CULTIVO NA PRODUÇÃO DE ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS – 1985 – (em mil ha e %)

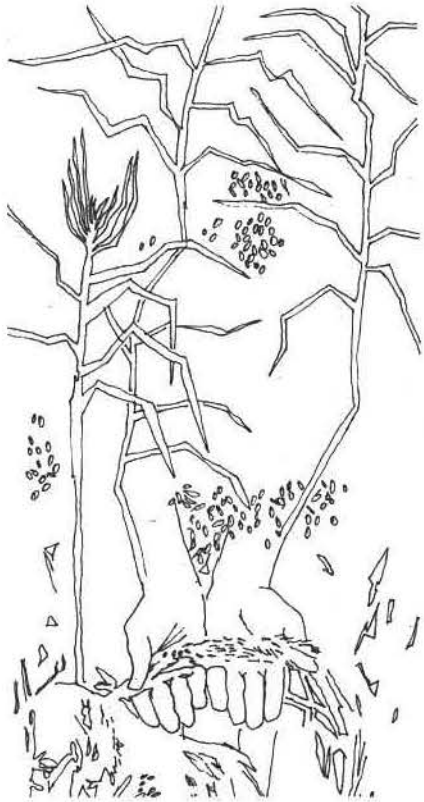
ESTADO[1]	ARROZ IRRIGADO	ARROZ DE VÁRZEA	ARROZ DE SEQUEIRO	ÁREA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL[2]		
					Irrigado	Várzea	Sequeiro
Rio Grande do Sul	687,8	–	33,1	720,9	95	–	5
Goiás	30,8	–	829,2	860,0	4	–	96
Maranhão	0,9	5,5	635,7	642,1	0	1	99
Mato Grosso	1,5	–	405,1	406,6	0	–	100
Minas Gerais	54,6	150,0	393,8	539,4	10	28	62
Santa Catarina	77,8	–	66,2	144,0	54	–	46
São Paulo	21,4	–	284,1	305,8	7	–	93
Norte-Nordeste	50,5	48,5	1.159,7	1.258,7	4	4	92
Centro-Sul	875,7	275,0	2.342,4	3.493,1	25	8	67

FONTE – Estimativas do CNPAF.
1 Os estados estão relacionados por ordem de produção anual;
2 podem não somar 100% devido ao arredondamento.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

mercado interno, o que se traduziu na concessão de instrumentos de estímulo imediato (VBC, preço mínimo) vantajosos para as lavouras de arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo. O arroz de **sequeiro**, no caso, mostrava tendência declinante no plantio desde 1980, determinada pela concorrência com a soja, pela progressiva redução no montante de recursos oficiais para desmatamento e pela condução de uma política de preços altamente intervencionista, por parte do governo. Além disso, os produtores estavam desestimulados, face à descapitalização provocada pelas freqüentes quebras de produtividade a que estão sujeitas as lavouras de **sequeiro**. Segundo a **CFP**, em 1984/85, a capacidade de autofinanciamento destes produtores alcançou nível muito baixo, cerca de 12%, e com as restrições creditícias, muitos agricultores reduziram a área de cultivo, enquanto outros passaram a limitar a compra de insumos à capacidade dos recursos oferecidos pela rede oficial.

A retomada do crescimento dos créditos de investimento direcionados ao **Setor Agrícola**, em 1985, e o aumento da disponibilidade de recursos para desbravamento, a taxas de juros nominais baixas, em 1986, foram importantes parâmetros para a reversão da tendência ao declínio da área plantada com o arroz de **sequeiro** nos estados centrais. Ao conjunto de fatores que determinam esta inversão, capazes de nortear expressivo aumento de produção na região, agregavam-se ainda os esforços na pesquisa agrícola, objetivando minimizar as fragilidades deste sistema de cultivo, dentro de cada realidade regional. Neste sentido, o **Centro Nacional de Pesquisa do Arroz e do Feijão**, da **Embrapa**, lançou, a partir de 1985, seis novas variedades de arroz de **sequeiro**, mais adaptadas às condições desfavoráveis do cerrado. Sua utilização, associada a um conjunto de outras práticas tecnicamente e economicamente apropriadas,



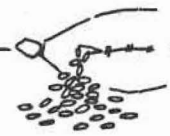
constituiriam suporte à obtenção de produtividades físicas mais estáveis e mais atrativas do ponto de vista da rentabilidade[1]. Entretanto, apesar da disponibilidade de tecnologia de custo relativamente acessível, o aumento da produção de arroz de **sequeiro** segue decorrendo basicamente da expansão da área cultivada.

Observa-se que as grandes variações a que está sujeita a área colhida de arroz de **sequeiro** são suscitadas por fatores de natureza distinta, de acordo com a organização produtiva existente em cada região (a não ser, obviamente, aquelas induzidas pelo comportamento climático). Assim, a dimensão da área de plantio no estado do **Maranhão** está mais fortemente atrelada ao desempenho climático do que a quaisquer outras razões conjunturais. Cabe aqui distinguir que a produção de arroz maranhense é uma atividade tipicamente de subsistência, (ver **Agroanalysis**, vol. 11, nº 11, novembro de 1987) levada a efeito por pequenos produtores, em lavouras de pequeno porte e em condições precárias, enquanto na região **Centro-Oeste**, predominam os médios e grandes estabelecimentos[2] onde, em geral, o cultivo possui caráter de transição. Precedendo a formação de pastagens ou a instalação de culturas economicamente mais atraentes, como a soja e a cana-de-açúcar, o cultivo de arroz nesta região é utilizado basicamente com a finalidade de desbravamento, sendo sua função principal a minimização dos custos de expansão da fronteira agrícola. A cultura é, em geral, substituída após dois ou três anos. Ao contrário das lavouras do **Maranhão**, a exploração da cultura no **Centro-Oeste** encontra-se inserida em esquema empresarial de produção. Desta forma, os fatores do mercado, as relações de troca das culturas potencialmente competidoras e as decisões da política agrícola exercem influência acentuada sobre a produção dos estados centrais, o que não ocorre na orizicultura maranhense, majoritariamente composta por sistemas rudimentares de exploração e ocupação da terra. Além disso, o acesso dos produtores maranhenses aos intrumentos principais da política agrícola é bastante restrito.

A maneira pela qual se deu o crescimento significativo da produção nos estados centrais em anos recentes, no entanto, não parece ter representado ainda um percurso desejável quanto à solução dos problemas de abastecimento a que o país está freqüentemente sujeito. Além de a produção ali obtida apresentar-se instável, dado o elevado grau de vulnera-

1 Segundo o **CNPAF**, a absorção dos resultados da pesquisa vem-se efetuando de forma bastante acelerada, levando-se em conta as dificuldades peculiares ao processo de difusão-adoção de tecnologia. A instituição estima que, até o final da década, já tenham sido substituídas as cultivares tradicionalmente plantadas na região do cerrado.

2 **Censo Agropecuário** do **IBGE** (1980 e 1985), **CNPAF**.



QUADRO 02 – ARROZ – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – SAFRAS 1985/86 A 1989/90 – (mil t)

SAFRA	ESTOQUE INICIAL[1]	OFERTA			DEMANDA			ESTOQUE FINAL
		Produção	Importação	Total	Consumo	Exportação	Total	
1985/86	1.051	8.760	500	10.311	9.660	5	9.665	646
1986/87	646	9.813	2.074	12.533	10.240	6	10.246	2.287
1987/88	2.287	10.587	235	13.100	9.800	5	9.805	3.295
1988/89	3.295	11.709	100	15.104	10.500	10	10.510	4.594
1989/90[2]	4.594	11.321	100	16.015	10.750	10	10.760	5.255

FONTE – CFP.
1 Em 1º/3;
2 Estimativa.

bilidade, o **represamento** da oferta, originado da falta de dinamismo da demanda pelo produto de **sequeiro** provoca grandes distorções na comercialização, conduzindo à formação excessiva de estoques em fases de abundância. Este bloqueio é explicado, em grande parte, pelo atual perfil de aceitação das diferentes variedades, por parte do mercado consumidor. Tal aspecto pode ser bem visualizado através de estudo realizado pela **CFP** em 1986[3], que identificou importantes características da comercialização do arroz nos principais centros urbanos das regiões **Sul** e **Sudeste**. Estas duas regiões respondem, aproximadamente, por 75% do total de arroz consumido no país[4]. Ficou constatado que cerca de 84% do produto adquirido pelos atacadistas e/ou varejistas dos principais centros de consumo destas regiões são provenientes do **Rio Grande do Sul**, sendo que esta preferência por parte do mercado comprador deve-se, basicamente, à qualidade. A participação de **Goiás** neste mercado é bastante restrita. Cerca de 12% do total comprado são originários deste estado, e a comercialização do arroz de **sequeiro** alcança destaque maior apenas nas praças de **Brasília** e **Belo Horizonte**. Ainda assim, observa-se que, mesmo estando estes dois centros próximos às zonas produtoras de arroz de **sequeiro**, é também ali muito boa a aceitação do arroz gaúcho. Numa visão global do fluxo de abastecimento, o estudo considera que os excedentes da região **Sul** se destinam a abastecer as regiões metropolitanas do **Sudeste** e **Nordeste**, regiões tipicamente importadoras de arroz, enquanto os excedentes gerados na região **Centro-Oeste**, tipicamente exportadora, destinam-se aos mercados do **Nordeste** em geral. Entretanto, nota-se que o consumo **per capita**/ano de arroz no **Nordeste** é muito baixo, correspondendo, de acordo com a **CFP**, a menos da metade da média de **São Paulo** e a cerca de 63% da média brasileira. Ali e na região **Norte**, a farinha de mandioca é o principal componente da oferta de calorias e, não o arroz, como ocorre nas demais regiões, e isto está relacionado à maior adaptabilidade da cultura da mandioca ao clima, solo e à estrutura produtiva locais. Este aspecto, conjugado às condições desfavoráveis de renda, entre outros, torna o mercado nordestino bastante limitado para o arroz.

As condições atuais do suprimento ressaltam o gargalo gerado pela divisão do mercado e indicam a necessidade premente de um programa de escoamento dos estoques excedentes. Diante de nova safra **cheia** (em maio, o **IBGE** estimou a produção em 11,1 milhões de t, cerca de 6% inferior à do ano passado) e do nível elevado das reservas (ver Quadro 02) é de se esperar que o abastecimento transcorra sem maiores problemas. Entretanto, a concepção de estratégias de médio prazo para ampliação do consumo de arroz de **sequeiro** nos seus mercados potenciais, que há muito deveriam ter sido estudadas, deverá ser substituída por programas emergenciais de liberação dos excedentes. Os estoques públicos de arroz de **sequeiro** totalizam cerca de 3,6 milhões de t, compondo um estoque total de passagem de 4,6 milhões de t, quantidade que é suficiente para abastecer o país durante cinco meses. As discussões estão reabertas e se estuda a alocação de recursos para subsidiar a comercialização de 1,6 milhão de t de arroz de **sequeiro**, sendo 1 milhão de t destinadas ao mercado externo. Segundo a **CFP**, a absorção do produto pelo mercado interno, através de programas de atendimento às populações carentes (via **Cobal**, **Inan** e programas de alimentação escolar) não ultrapassaria 600 mil t.

3 **Estudo sobre Métodos e Processos de Produção, Beneficiamento e Comercialização de Arroz. Companhia de Financiamento da Produção**, Brasília, 1986.

4 Este dado se refere apenas à compra de arroz, sem levar em conta o total de arroz não comprado, mas efetivamente consumido.